

**EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 9.987 - DF  
(2018/0042636-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**  
**EXEQUENTE : ADILSON LADISLAU**  
**EXEQUENTE : ORLANDO LIRA FONTES**  
**EXEQUENTE : JOÃO CARLOS FERREIRA BATISTA**  
**EXEQUENTE : CARLOS ALBERTO GOMES DA SILVA**  
**ADVOGADOS : EVANDRO RUI DA SILVA COELHO - SP124703**  
**ENOCK BARRETO DESIDÉRIO - RJ072012**  
**EXECUTADO : UNIÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de execução em mandado de segurança ajuizada por ADILSON LADISLAU e OUTROS em face da UNIÃO, com vistas ao cumprimento do acórdão que reconheceu a condição de anistiado político dos exequentes e gerou para a Administração o dever de "reparação econômica, de caráter indenizatório, (...) além do pagamento de eventuais parcelas retroativas e demais benefícios previstos na Lei n. 10.559/2002".

Intimada, a UNIÃO impugnou. Apontou inexigibilidade do título em razão da efetiva anulação das portarias de anistia e ressaltou que a ordem foi concedida com a ressalva de que a anulação faria cessar os efeitos do provimento jurisdicional.

Apresentou documentação indicando que as anistias concedidas aos exequentes, consubstanciadas nas Portarias n. 2.452/02, 2.454/02, 2.507/02 e 2.565/02, foram inicialmente anuladas pelas Portarias n. 2.850/04, 2.787/04, 2.736/04 e 2.844/04 sob a alegação, dentre outras, de que "o interessado, embora notificado, deixou transcorrer *in albis* o prazo de 10 (dez) dias para oferecimento de defesa". Ressaltou que tempos depois os recursos administrativos foram localizados e tais portarias anulatórias foram tornadas sem efeito por meio da Portaria n. 1.788/05.

Por fim, disse que o processo de revisão das anistias voltou a tramitar e que ao final do procedimento administrativo, mesmo após análise da defesa apresentada pelos interessados, o Ministro de Estado da Justiça concluiu novamente pela anulação das portarias anistiadoras, editando novas Portarias anulatórias de n. 2.665/08, 2.669/08, 2.670/08 e 2.666/08.

Requeru a extinção da execução e, não sendo esse o entendimento, a concessão de nova vista para se manifestar quanto aos valores exequendos.

Em resposta à impugnação, os exequentes refutaram a alegação da

executada. Aduziram que o *writ* transitou em julgado e só poderia ser revisto por ação rescisória. Complementaram indicando que não houve formação legal de processo administrativo, o que teria desrespeitado o devido processo legal, e teceram considerações acerca do instituto da decadência.

É o relatório. Decido.

A ementa do julgamento do mandado de segurança ficou assim redigida:

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 9.987 - DF (2004/0133900-7)  
EMENTA ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO  
OMISSIVO DO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA.

LEGITIMIDADE PASSIVA. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES  
RESULTANTES DO RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE  
ANISTIADO POLÍTICO. ADEQUAÇÃO DA VIA MANDAMENTAL.

1. Perda de objeto do mandado de segurança para aqueles que tiveram anulada a portaria que lhes reconheceu a condição de anistiado político.

2. Enquanto vigente o ato de concessão de anistia, está ele apto à produção de seus efeitos, permanecendo incólume a obrigação de que trata o art. 18, parágrafo único, da Lei n. 10.559/2002.

3. Ao Ministro de Estado da Defesa, nos termos do art. 18, parágrafo único, da Lei 10.559/2002, incumbe proceder às reintegrações e promoções, bem como às reparações econômicas reconhecidas pela Comissão de Anistia, sendo ele parte legítima para figurar no polo passivo da impetração.

4. É adequada a via do mandado de segurança contra ato omissivo do Ministro de Estado da Defesa, que deixa de implementar os benefícios resultantes do reconhecimento da condição de anistiado político, nos moldes da Lei n. 10.559/2002.

5. Havendo previsão orçamentária específica a fazer frente a tais despesas, além de comportamento omissivo por parte da autoridade incumbida de efetuar os pagamentos, impõe-se determinar judicialmente a prática do ato. Acaso comprovada a falta de dotação orçamentária, deve a execução prosseguir pela via do precatório.

**6. Conforme orientação firmada em questão de ordem resolvida no julgamento do MS n. 15.706/DF (Rel. Ministro Castro Meira, sessão de 13.4.2011), "nas hipóteses de concessão da ordem, situação dos autos, ficará prejudicado o seu cumprimento se, antes do pagamento do correspondente precatório, sobrevier decisão administrativa anulando ou revogando o ato de concessão da anistia".**

7. Os juros moratórios são devidos da seguinte forma: I) no patamar de 0,5% ao mês, nos termos do art. 1.062 do CC/1916; II) a partir da vigência do Novo Código Civil (art. 406), juros equivalentes à Taxa Selic, que já engloba juros e correção monetária; III) a partir de 30.6.2009, quando entrou em vigor a Lei n. 11.960/2009, incidem os juros aplicados à caderneta de poupança.

8. A mora da Fazenda Pública, no caso específico, somente tem início após o transcurso do prazo de sessenta dias para pagamento das reparações econômicas.

9. Para fins de correção monetária, aplica-se a sistemática prevista na

Resolução n. 134/2010 do Conselho da Justiça Federal, que aprovou o Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal. Após a vigência da Lei 11.960/2009, adota-se o IPCA, em virtude de sua inconstitucionalidade parcial, declarada pelo Supremo Tribunal Federal.

10. Segurança concedida em favor de Adilson Ladislau, João Carlos Ferreira Batista, Carlos Roberto Gomes da Silva e Orlando Lira Fontes.

Extinto o mandado de segurança com relação aos demais impetrantes.

**(grifo nosso)**

Como se vê, a ordem foi concedida com a ressalva de que o seu cumprimento ficaria prejudicado se antes do pagamento sobreviesse decisão administrativa anulando o ato de concessão da anistia.

Apesar dos recursos apresentados, o processo de conhecimento transitou em julgado sem alteração dos termos do acórdão.

A documentação juntada às fls. 891-921 comprova a efetiva anulação das portarias anistiadoras de ADILSON LADISLAU, ORLANDO LIRA FONTES, JOÃO CARLOS FERREIRA BATISTA e CARLOS ALBERTO GOMES DA SILVA, realizada por meio das Portarias n. 2.665, 2.669, 2.670 e 2.666, todas do ano de 2008.

*In casu*, não há que se falar em decadência do direito da Administração em rever seus atos, visto que o tema foi objeto de julgamento sob a sistemática da repercussão geral no RE 817338, no qual ficou assentada a seguinte tese:

No exercício do seu poder de autotutela, poderá a Administração Pública rever os atos de concessão de anistia a cabos da Aeronáutica com fundamento na Portaria n. 1.104/1964, quando se comprovar a ausência de ato com motivação exclusivamente política, assegurando-se ao anistiado, em procedimento administrativo, o devido processo legal e não devolução de verbas já recebidas.

Quanto à alegação de que não foi instaurado o devido processo legal, tenho que a questão não foi objeto de discussão no processo de conhecimento, não podendo ser apresentada na fase de cumprimento de sentença.

Diante do exposto, tendo sido comprovada a anulação das anistias, julgo **procedente a impugnação a execução** para declarar a inexigibilidade do título (art. 535, III, CPC) e **extinguir a execução**.

Condeno os exequentes ao pagamento de honorários fixados em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para cada.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Presidente da Seção